

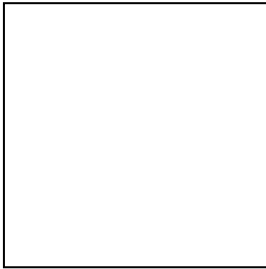
## **ANEXO IV**

### **INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONGRESSO**

**LEMA: CONSTRUIR O AMANHÃ DA NAÇÃO**

**ENCONTRO DE QUADROS E DIRIGENTES  
ASSOCIATIVOS DA DIÁSPORA PARA A  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONGRESSO**





## ABERTURA PELO DR. LUCAS DA CRUZ

Deixo panoramicamente a ideia da razão de ser, da missão, do grande objectivo desta Associação, dir-vos-ia que esta Associação, por aquilo que eu disse, terá como sócios naturais os quadros cabo-verdianos, onde quer que eles se situam e, é preciso também não se atemorizarem com a ideia de quadro porque, quando nós falamos de quadro, há logo o pensamento de que estamos a falar de doutores e engenheiros e médicos, por aí fora. É disso mas, também não é disso e também não é principalmente disso, quadro é, enfim, para já, enfim, é o pessoal de enquadramento mas, é dirigente, é guia, é orientador, se quiserem, nós diremos que a noção de quadros que nós temos aí é a mesma noção de elite cabo-verdiana que nós temos e, quando nós dizemos elite, estamos a dizer, aqueles que, pela sua competência, pela sua experiência e, por aquilo que efectivamente tem feito, pelo seu historial, a favor dos outros, sobretudo do cabo-verdianos, estão em condições de, em cada momento serem apontados como orientador, aquele caminho que eu quero seguir, ou aquela orientação que eu quero seguir. Por conseguinte, a noção de quadros aí está explicado numa das folhas ali dos estatutos, qual a noção de quadros que nós temos, é uma noção ampla, até porque, sendo nós a nação que somos, com a dimensão que nós temos, se nós estreitássemos essas noções, é evidente que seríamos muito menos daquilo que nós desejaríamos efectivamente ser.

Por conseguinte, os sócios, à partida, são os quadros com aquela amplitude que está ali definida e está nas vossas mãos mas, há uma qualidade de sócios que é tão importante como esta, que são as associações. As associações vão ser, no modelo, não está claramente escrito aqui mas, a ideia está ali nos estatutos, mas vamos agora clarificá-lo, as associações vão ser chamadas parceira dessa associação internacional. Por conseguinte temos sócios, se quiserem, pessoas individuais e temos sócios colectivos que são as associações e que têm a designação de parceiros da instituição, tendo poderes no interior da instituição, sendo porta-vozes da instituição dos países onde efectivamente estão. Por exemplo, uma associação que for parceira desta instituição, amanhã se tivermos de fazer um congresso, porventura na Itália, na França, na Holanda, se existirem ali associações que sejam parceiras desta instituição, vão ser essas associações que vão-se responsabilizar, sob e égide dessa instituição, pela, maior parte dos aspectos relacionados com a montagem de um congresso, na qualidade de parceiras desta instituição, porque há duas grandes qualidades de sócios, os sócios individuais – que são os quadros, e os parceiros.

O carácter internacional desta instituição obriga a pensar diferentemente os órgãos desta instituição, já não podemos ter o modelo clássico, assembleia-geral, direcção, conselho fiscal e por aí fora, tá tudo aí mas, a ideia é compatibilizar esta ideia de uma associação internacional, enfim, compatibilizar a criação dos órgãos com esta natureza internacional desta instituição. Terá certamente uma assembleia geral que reunirá, seguramente, todos os anos porque, já lá iremos, sobre a natureza, a nacionalidade dessa instituição e, por conseguinte, tem de se conformar com a legislação de um determinado país. Mas, o grande órgão desta instituição é aquilo que nós chamamos o conselho de delegados porque, sendo uma organização internacional, o grande órgão é o conselho de delegados, onde tem assento representação dos vários países que estão efectivamente na associação. Este é o grande órgão desta associação.

Depois dele dimana uma direcção, por conseguinte, uma administração da associação, uma administração que, também ela, deve ter uma composição que respeite a natureza internacional da instituição e terá como operativo mais directo, mais imediato, uma comissão executiva que é o operativo directo e imediato. E depois terá, ao lado, um conselho fiscal, seguramente, e terá um conselho jurisdicional que consideramos um órgão importante numa estrutura desta natureza. Esses são os órgãos que estão previstos nesses estatutos, para dar corpo a esses estatutos.

E finalmente, falávamos das condições mínimas que nós consideramos, nós que temos trabalhado na montagem desta organização, ainda há dias estive a falar com o Wladimir que não pode vir a este congresso por razões da vida profissional dele, muito complexas, lamentou imenso, ainda andou a fazer uma ginástica para ver se vinha aqui, sobretudo, também para estar nesta reunião, lembrem-se que ele esteve comigo na mesa na reunião há 4 anos, tem estado connosco na mesa nas reuniões que fizemos em Lisboa para discutir este tema, mas, como disse, nós temos estado em conversas e consideramos que há três condições básicas para nós arrancarmos com uma instituição: a primeira condição é termos um número de sócios que garanta uma massa crítica porque, a partir do momento em que nós criamos uma associação dessa natureza, ela não pode falhar porque, se falhar, falhou o projecto todo porque já

não é possível voltar atrás e estar a erguer comissão organizadora e por aí fora. Já não é possível, não será possível. Por conseguinte, este projecto, só pode nascer se tiver, de facto, sustentabilidade e, a primeira condição de sustentabilidade é ter uma massa crítica, humana, suficiente forte e expressiva, para ela poder arrancar. E pensa-se que, esta associação só pode arrancar, institucionalmente, quando estiverem inscritos, pelo menos 300 sócios.

Se nós somos capazes de trazer 400 pessoas a este congresso, de fora, concerteza que não será difícil, e o número que estamos a pôr é o número mínimo, ter 300 sócios para arranque desta associação. Mas, esses sócios serão, sim, 100 já temos, está a dizer o Rui, sem mais alardes, 100 já efectivamente temos e gostaríamos que esses 300 sócios fossem, de facto, os sócios fundadores desta instituição e que eles se distribuíssem pelos vários países. Por conseguinte, eu diria que era bom que os nossos delegados e não só, outros elementos dos vários países que aqui estão presentes, assumissem a ideia de que têm de arregimentar - não gosto muito desta palavra - mas, têm de trazer sócios para fundadores desta instituição. E, só após termos o número mínimo de 300 sócios é que achamos que haverá condições para arrancar.

A segunda condição que nós consideramos que é essencial para uma instituição dessas arrancar é ter condições de profissionalização de alguns dos seus operativos, esta é outra condição perfeitamente vital, e as duas coisas estão ligadas. E vai estar ligada mais uma outra condição mas, por conseguinte, primeiro, o número de sócios que forme uma massa crítica que garanta a sustentabilidade do projecto, segunda condição, que haja possibilidade de profissionalizar quadros desta instituição, porque senão, não há instituição que funcione, profissionalizar e, chegamos à terceira condição que é decorrente dessas duas. É que é preciso ter condições financeiras, à partida, para garantir essa sustentabilidade, garantir a profissionalização e, da profissionalização, partir para a sustentabilidade deste projecto.

Eu disse-vos que este projecto é um projecto que, sendo internacional vai ter possibilidades, deve ter possibilidades de encontrar mecanismos de sustentação dos seus programas através do recurso a fontes de apoio internacional. Mas, para fazer isso, para que isso aconteça, é preciso que a associação exista e que a associação se mostre credível. Até agora, fazer um congresso desses temos que andar a pedir António, Joaquim, Manuel, por aí fora, até agora, esta organização que é o congresso não teve possibilidade de recorrer a fundos de nenhuma instituição internacional porque, ao fim e ao cabo, tratamos de um grupo de pessoas. Diferentemente disso, há associações aqui, nesta sala, que vieram dos seus países com o apoio das instituições do país e, ainda bem que assim é, e assim deve continuar a ser. Agora, esta instituição, a organização deste evento tem vivido até agora de boas vontades mas, essas boas vontades, de facto, não podem ser exploradas para sempre. Por conseguinte, é preciso encontrar outros mecanismos e, só uma instituição internacional, como dizia, com dimensão humana, com profissionalização pode, efectivamente, avançar para aí.

Nós pensamos e, vou tirar um número, só para ver como é que reagem, esta organização tem que ter, começar com 300 sócios, 300, 400 sócios ou uma coisa dessas, têm que ter, como quota mínima 5 euros por mês. Ora, se os quadros não estiverem disponíveis, a porem numa organização dessas, estamos a falar de 5 euros por mês, 60 euros por ano, numa organização desta natureza, então, fechamos a porta, até porque a pedinçice tem de acabar. Nós já não temos lata para continuar a pedir porque, ao fim e ao cabo, são às mesmas pessoas. Já não pode ser, nós temos que acabar com a ideia, que muitos pensam que está inscrita nos nossos genes, ainda há bocadinho eu e o Vicente Pinto estávamos a conversar sobre isso, que alguns pensam que está inscrito lá no nosso código genético, que é o assistencialismo, da dependência, temos que acabar com isso. Pelo menos temos que acabar com a ideia, não quer dizer que nós sejamos isso, temos que acabar com a ideia e acabar com a ideia é, esta também é uma manifestação de que nós somos capazes de criar uma coisa que possa auto sustentar-se e levar por diante um projecto.

Por conseguinte, nós aventamos este número, houve quem levantasse o problema - mas os países têm per capita diferentes e, por conseguinte 5 deveria ser o mínimo e depois, era função do per capita. Enfim, não vamos a esta estilização, sofisticação dos mecanismos. De qualquer modo, o que nós estamos a dizer, a quota é mínima.

Essas são as condições para a institucionalização. Obtidas essas condições, passava-se à fase de escritura de constituição da associação internacional e a escritura far-se-ia em Portugal, porque é preciso fazer num país, a associação tem que ter uma nacionalidade, apesar da sua vocação e, ela começaria por ser uma associação e direito português, não uma associação portuguesa, nós diremos, uma associação e direito português, porque é preciso ter, como disse, juridicamente, uma base de sustentação.

Pronto, eu acabei esta parte, nós falávamos durante mais uns minutos e eu no fim faço-vos uma proposta que levará um minuto a fazer-se, sobre a sequência.

Comentários, observações, concordâncias, discordâncias, se as houver é bom que elas sejam expressas aqui.

**ANTÓNIA PIMENTEL**

Sou Antónia Pimentel, vivo em Lisboa, sou Presidente da Associação Morabeza.

Só agora tive acesso ao ante-projecto e, daquilo que ouvi, gostei, estou totalmente de acordo, agora, discordei aqui numa pequenina coisinha. Antes eu tenho que fazer um preâmbulo, eu sofro de caboverdianite aguda, eu pergunto se não era possível acrescentar neste Congresso de Quadros mais alguma coisinha que dissesse Congresso de Quadros das Comunidades Cabo-verdianas, Congresso de Quadros não sei quê, que falasse de Cabo Verde, alguma coisinha que falasse de Cabo Verde, porque isso está a me deixar assim meia nua, meia despida. Congresso de Quadros, eu acho que é uma coisa vaga.

Não, aqui diz, denominada a partir de agora Congresso de Quadros.

**DR. LUCAS DA CRUZ**

Lê a primeira frase que está ali.

**ANTÓNIA PIMENTEL**

Não, eu já li o ponto um. Agora ponto dois, Congresso de Quadros, Associação dos Quadros Cabo-verdianos na Diáspora, a partir de agora denominado Congresso de Quadros, é uma associação que reúne os quadros cabo-verdianos que vivem e que trabalham blá, blá, blá...

**DR. LUCAS DA CRUZ**

Voilà. Tanha não vale a pena isso mais, pelo seguinte, quando digo ali adiante denominado é só para facilitar, para a gente não repetir em todos os artigos mais para a frente Congresso de Quadros. É como a gente diz, associação disso, daquilo ou daquele outro, adiante designada APEC e depois a partir daí só se fala na APEC, não se fala mais noutra coisa. Ou seja, é só para efeitos de comodidade, para não repetir só no texto para a frente.

**ANTÓNIA PIMENTEL**

Está bom porque já estava ficando meio desesperada.

**LUCAS DA CRUZ**

Ainda bem, desse desespero já estás livre.

**ANTÓNIA PIMENTEL**

Já estou esclarecida, já estou vestida.

**LUCAS DA CRUZ**

Bom, esta reunião, esta parte aqui tem a duração de meia hora. Ok?

**MÁRIO ANDRADE**

Sou Mário Andrade, da Associação Unidos de Cabo Verde.

Tenho mais ou menos duas perguntas para fazer mas, antes de fazer as perguntas, é o seguinte; Faltam folhas a este documento, faltam duas folhas, 10 e 24, o que não permite uma análise.

Desde o último Congresso em Mindelo, parece-me que já devíamos ter tempo para ter este documento nas mãos para o analisarmos melhor e estarmos assim com maior capacidade de intervenção sobre isso. De qualquer forma, dentro da explicação dada pela mesa, concordo com a maior parte porque já discutíramos antes mas, tenho uma pergunta que é a seguinte; há pouco disseram que há já 100 sócios, como não tive conhecimento da forma como os sócios foram angariados, como aparecem esses 100 primeiros, gostaria de perceber esses 100 primeiros como apareceram? Se são sócios naturais ou se são sócios de associações mas, para mim é importante saber porque talvez muitos que estão cá não entraram por não saber como entrar.

Como é lógico, tem que haver profissionalismo, como é lógico tem que haver todos aqueles itens que aqui foram postos mas, parece-me que há coisas extremamente importantes que é como cada localidade, cada nação, cada zona irá funcionar. Isso é importante para mim, embora a localização seja em Lisboa, como se disse, em termos de escritura e personalidade jurídica mas, como vamos funcionar, era importante que tivesse esse esclarecimento.

#### **DR. ANTÓNIO CORNÉLIO PEREIRA**

Sou Cornélio, medico na Madeira.

Primeiro, habitualmente, costumamos fazer uma saudação mas, isso fica para depois, neste momento acho que o que a mesa disse, no global, é uma coisa que nós todos concordamos, senão não estaríamos cá. Uma coisa que eu acho necessário, isto tem que ter, não antes, é uma coisa que nós damos a quem e esse alguém também quer nos dar alguma coisa. Isto é no sentido concreto que eu acho que a partir de agora, se for possível, desde hoje até ao fim do Congresso, que haja um Ministro mas, eu chamaria mais um Secretário de Estado que ouvisse todas as comunicações e que, digamos, transmitisse isso depois ao Governo de cá. Seria uma coisa muito simples que, é um elemento, digamos que, de ligação entre nós e o Estado de Cabo Verde porque há muita coisa que eu sei que é necessário que nós transmitamos e, se houver alguém que possa fazer essa ponte seria útil, em vez de estarmos a tentar, digamos, repisá-los. Primeiro aspecto.

Segundo aspecto, eu lanço já o desafio, qual é o local da próxima diáspora? Habitualmente é de quatro em quatro anos, já ouvi algumas controvérsias que alguns dizem que poderia ser fora, ou na Itália ou nos Estados Unidos ou em França, a minha opinião objectiva é que seja sempre em Cabo Verde. Eu depois poderei explanar isso mas, neste momento eu lanço este desafio para que se discuta seriamente, em profundidade, qual é o local da próxima reunião. Eu depois, se quiserem entrar nesse aspecto, peço desculpa mas, neste momento lanço só o desafio.

Em relação já ao conselho delegados, sim senhor, acho que se pode fazer em França, na Holanda, na Itália, nos Estados Unidos, o conselho de delegados e que devia ser uma vez por ano.

Relativamente aos 300 sócios, há uma coisa aqui que eu não concordo, que as associações tenham um outro nome. Eu acho que há os sócios nominais e os sócios colectivos. Os sócios nominais seriam as pessoas com, digamos, individualmente e os sócios colectivos seriam todas as outras associações. E aí já teríamos, por exemplo, eu diria, temos 100 sócios, temos 100 sócios nominais e três associações, porque três associações podem ter muito mais de 100 sócios.

Tenho dito.

Muito obrigado.

#### **PROFESSOR DOUTOR MESQUITELA LIMA**

Eu e o Dr. Pinto estivemos aqui a conversar, eu acho que há necessidade, de facto, esta proposta de estrutura da organização, não é, porque a instituição do Congresso já está instituída por si própria, isto é, nós vamos tomar uma decisão aqui, o Congresso vai passar a existir como Congresso. Agora, devíamos era tentar, digamos assim, facilitar ou aligeirar, digamos assim, essa estrutura, este modelo que vocês nos apresentaram.

Nós pensamos que, de facto, a assembleia-geral tem de existir, uma assembleia é a grande autoridade dentro do Congresso, depois, na mesma linha ou camada, digamos assim, temos o conselho de jurisdição, temos o conselho fiscal, temos um conselho directivo ou um comité, conforme quiserem (muita gente não gosta de comité, um comité directivo e depois, digamos assim, um conselho, digamos assim, se quiserem uma assembleia, assembleias regionais que são, elas fazem as suas reuniões e depois, no Congresso ou inter-Congressos, eles traziam todos os papeis ou mandavam, a direcção ficava a saber que depois haviam de dar conta numa reunião, uma reunião de Congresso ou inter-Congressos.

Portanto, nós propomos o seguinte, assembleia-geral, conselho de jurisdição, conselho fiscal, conselho directivo ou comité directivo ou melhor direcção e associações regionais, em vez de delegados, porque isto vai dar problemas. Associações regionais, França, Itália, Espanha, etc. tudo isso e que teriam, evidentemente, seriam sócios, iriam aos Congressos, aos inter-Congressos.

No comité de direcção, comité central, um presidente, um vice-presidente, um secretario geral e vogais. É simples, isso é vulgar nas associações internacionais. É claro que eu proponho aqui mais uma coisa, Congressos e inter-Congressos, porque facilita-nos a vida em relação ao Congresso. Seria de facto em Cabo Verde, aprovo a proposta, o grande Congresso devia ser sempre em Cabo Verde, os inter-Congressos seriam em vários sítios, organizados pelos conselhos regionais. Era essa a nossa proposta. Mais nada e muito obrigado.

#### **ENGº ANTÓNIO VERA-CRUZ**

Eu sei que, de facto, o Congresso tem sido dinamizado pelas associações sediadas “na diáspora” mas, a minha proposta seria que, em vez de pensarmos ter sócios apenas de quadros cabo-verdianos residentes fora de Cabo Verde, porque não termos, criamos de facto um Congresso de Quadros, de todos os quadros cabo-verdianos, independentemente de estarem fora ou de estarem dentro de Cabo Verde.

#### **DR. MÁRIO FERNANDES**

Muito bom dia, eu sou Mário Fernandes, eu venho cá em representação da Associação de Cabo Verde da Margem Sul e, não tive acesso a esse documento que está aqui, esta nota não é aquilo certamente que ali a colega falou, porque não tem nenhuma designação, portanto, eu não vou intervir sobre isso.

Eu queria só saber, como é que vocês entendem que vai ser, se os sócios vão ser pessoas colectivas ou pessoas singulares. Eu acho que não faz muito sentido este Congresso ser estruturado por pessoas singulares, pronto, as estruturas com os quadros técnicos, tudo bem, acho que faz sentido esta estrutura mas, com associados singulares, como é que vai funcionar com sócios colectivos e sócios singulares. Penso que, em termos jurídicos, isto é capaz de ser um bocadinho complicado mas, e qualquer maneira, eu, a minha sugestão era que isso funcionasse como uma espécie de federação de associações. Não que aglutinasse as funções que a federação que nós pensamos no passado e que não se concretizou, penso que qualquer dia isso poderá ser uma realidade mas, penso que este Congresso poderia funcionar melhor como um conjunto de associações, pessoas colectivas por que vai ser difícil esse objectivo de agregar as pessoas separadamente e, de que forma é que elas vão agir, independente disto ter uma estrutura de pessoas, é evidente que, as pessoas colectivas são feitas também de pessoas singulares, como é evidente, é só a estrutura, só a personalidade jurídica que é diferente.

Agora, eu penso é que, se isto funcionasse como uma aglutinação de associações, a forma poderia ser depois estudada mais em pormenor, faria mais sentido porque, para evitar até algum, eu vou dizer isto, vocês não me levem a mal, algum protagonismo, não, eu digo isto mas, é a minha ideia, não estou a dizer que isso possa acontecer. Eu penso que, se for através de pessoas colectivas, torna-se uma congregação mais pacífica, penso eu, não sei se estou errado. Pronto, a minha dúvida era mais essa, se vocês vão optar por associações, pessoas colectivas ou por pessoas singulares, indivíduos, era só isso. E não tenho aqui os documentos, por isso é que não sei.

Pronto, peço desculpas, era só.

#### **JORGE SOARES**

Chamo-me Jorge Soares, eu estou com um grupo que pretende criar uma associação para apoiar a comunidade cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe e queremos saber, de facto, no dia em que legalizarmos a organização, se eventualmente poderemos contar com a nossa participação numa organização como essa.

#### **DR. ANTÓNIO CORNÉLIO PEREIRA**

Bom, eu já estou a dar isso quase tudo como um dado adquirido, eu gostaria que nós todos, em vez de falar em vocês, falássemos todos em nós, porque não há vocês e nós, nós todos somos nós na minha opinião e acho que devemos começar a pensar que não é, claro que eu aceito plenamente, eu estou a trabalhar lá fora mas, nós somos todos cabo-verdianos e aquela distinção de cabo-verdiano de dentro e

cabo-verdiano de fora é simplesmente porque um está a trabalhar num sítio diferente do outro mas, eu já vou adiantar, era só para dizer que nós devemos dizer nós.

Em relação aos 5 euros, nós todos pagamos, eu pago uma quota de cinco euros, quase todos em Portugal, pagamos uma quota superior a 5 euros por ano, de modo que eu acho cinco euros até, uma coisa irrisória. Pois, por mês, o que vai dar sessenta euros por ano. Acho isto pouco para quem quer trabalhar muito, eu acho pouco porque isto exige sempre muitas despesas, de modo que eu propunha, em vez de cinco euros, eu propunha sete euros. E, por outro lado, há certas associações, aí é que eu deixaria ao critério, é uma discussão, digamos, mais pormenorizada, se as associações, se pagariam, digamos, como é que iriam pagar? Se pagariam pelo nominal, a mesma coisa, os sete euros, eu acho que não mas eu acho que uma associação com 300 sócios nunca deve pagar sete euros ou uma associação com vinte também e, depende também, isso aí é uma coisa que eu acho que deve ser estudada por nós todos e vermos qual será a melhor solução para que nós todos pertençamos a esta organização.

Muito obrigado.

#### **BERNARDINO HOPFFER ALMADA**

Bom dia, eu sou Bernardino Almada, sou de Roma, sou de Cabo Verde, vivo em Roma e eu participei nos trabalhos desses estatutos mas, eu acho que seria melhor ler a parte relativa aos associados porque o senhor que falou antes, acerca da admissão de sócios, se não ler aquilo não pode nem sequer, de facto é difícil conceber uma associação de pessoas colectivas e pessoas singulares. Como nem todos têm os estatutos à mão, não podem ver que é muito bem explicado a admissão de sócios.

Obrigado.

#### **DR. LUÍZ SILVA**

Ok. Eu penso que esta questão de ser sócios colectivos ou sócios não colectivos responde a uma inquirição seguinte: é que nem toda a gente pode pertencer a uma associação, e nós temos pessoas válidas em lugares onde não existem associações e, o objectivo do Congresso é congregar toda a gente, seja dentro do quadro associativo ou não.

A segunda pergunta ou segunda reflexão que me vem é que, pela primeira vez, nós todos cabo-verdianos, como diz o Cornélio, sentimos unidos à volta da emigração. Hoje não são os emigrantes simplesmente que reflectem sobre a emigração, sobre os seus direitos e deveres mas, hoje, toda a sociedade civil se preocupa com esse fenómeno da emigração, até porque os problemas da emigração nascem aqui e somente aqui podem encontrar a devida solução. E a minha maior preocupação é que o Congresso não seja somente um Congresso de gente que vive lá fora porque não há ninguém que sai para não voltar, de modo que o Congresso tem sempre de preocupar-se com sua relação com as instituições, com as associações aqui, preocupadas com a emigração, porque eu não acho que tenhamos o monopólio da emigração, qualquer associação que está aqui dentro deste país pode organizar um Congresso sobre a emigração e nós estamos dispostos sempre a participar com as nossas sugestões e é para isso que eu digo que o Congresso tem de participar, tem de se preocupar com esse movimento de consciência que nasce agora em Cabo Verde, que os quadros cabo-verdianos que estão em Cabo Verde, hoje também pensam que nós também existimos, que hoje já não somos excluídos do torrão natal e, este mérito, não pode ignorar o Congresso porque, como eu já disse, ou aliás, como Lucas já disse, nós temos uma pequena bíblia que nós publicamos em 1998 e que traz todas essas reflexões.

Hoje, se elas se traduzem com maior participação, com uma maior consciência, tudo se deve a esse esforço que, de há dez anos vamos fazendo para que não sejamos mais tratados como os filhos de fora.

Eu queria também saudar aqui um grande amigo que é o Jorge Soares, que já não se lembra de mim mas que eu estive durante anos a perguntar-me onde é que ele estava porque fomos miúdos de infância e, sempre preocupados com a questão da emigração.

Obrigado.

#### **N. I.**

Um dos pontos que eu queria levantar já foi levantado pelo Luís, que era a questão de haver quadros que não fazem parte de qualquer associação, portanto, acho que devemos tê-los em conta, não podemos formar uma associação de quadros só com pessoas que já pertençam a uma associação. E depois, se só

for de uma associação, há países onde há federações ou intenção de formar federação e, então, seríamos uma associação e federações, o que seria mais complicado, porque às vezes, dentro dessas federações já há situações muito complicadas.

Outra coisa que gostaria de saber é se as associações entram como sócios, como sócios dessa associação de quadros, as pessoas que estão na direcção dessas associações, se entram como sócios individuais e como direcção dessas associações ou como funcionará nesses casos?

Obrigado.

N. I.

Eu suponho que, estou cá desde o início deste encontro, não sei se me escapou qualquer coisa de qualquer forma. A sensação que eu tenho é que nós estamos aqui nesta sala em desigualdade de circunstâncias, pelo menos para discutir esta institucionalização. A primeira pergunta que eu faço é qual a finalidade deste encontro, se é instituir já a associação, aprovar já a criação da associação e, nessa medida, nós estamos com pessoas em desigualdade de circunstâncias. É porque há pessoas que têm toda a informação sobre a associação e há pessoas que não têm nenhuma informação. Daí que eu penso que tem algum fundamento a observação feita pelo colega ao lado, em falar em nós e em falar em vocês, portanto, essa discrepância cria, desde logo essa, uma certa não digo separação mas, falta de identidade uns com os outros e de aproximação.

Eu teria algumas questões a levantar mas, eu não vou levantá-las porque eu só vou levantar questões em função daquilo que ouvi outras pessoas a dizer portanto, não estou documentado. Eu penso que esta pequena falha, que parece pequena mas, não é pequena, é grande, está a perturbar de alguma forma aquilo que poderia ser uma boa contribuição, que poderíamos ter mais contribuições aqui e, não temos porque as pessoas não sabem bem o que é que se passa.

#### **DR. LUCAS DA CRUZ**

Se nós continuássemos agora a repetir, daqui a bocadinho não saímos daqui, eu vou dar algumas ideias porque, se me permitirem, que são as seguintes:

Primeiro, e depois comento rapidamente aquilo que eu apanhei do que foi aqui dito. A deliberação sobre esta associação foi tomada na reunião da cidade do Mindelo que foi feita antes, aliás, foi a primeira reunião que se fez na Quarta-feira da abertura do Congresso, uma reunião muito concorrida, altamente concorrida mesmo, estava a sala cheiíssima mas, também, não tínhamos duas reuniões ao mesmo tempo, como hoje. Temos aqui esta e temos quadros jovens ali na outra mas, era importante fazer essa reunião. E por conseguinte, nessa reunião da cidade do Mindelo, foi decidido criar esta instituição e foi mandatada a comissão organizadora para, inclusivamente, proceder aos actos administrativos e outros que fossam necessários para esta associação. Por conseguinte, se quiser, a comissão mandatada podia, desde logo feito, criado a associação e o que fez foi promover uma discussão ampla entre os delegados porque, ao fim e ao cabo, a comissão organizadora assume-se como composta pela comissão que está em Portugal, dessas associações e mais delegados, o Hoffer Almada está a dizer ali, que é jurista, da Itália, veio para participar nisso na qualidade de membro ali da representação da Itália, para termos uma base alargada de discussão desta questão.

Aqui trata-se de, de alguma forma, darmos conta daquilo que foi feito, o Rui já explicou, ele gostaria e gostaríamos de ter um exemplar dos estatutos, apesar da dimensão disto, distribuída a toda a gente, tal não lhe foi possível, penso que inclusivamente, a história das folhas é porque a máquina de fotocópias comeu ali as folhas, inutilizou, efectivamente, as folhas e, como a disquete disso já foi feita há muito tempo e está em Lisboa, vamos tentar descobrir onde é que ela está, não foi possível fazer essa reprodução, por isso é que se fez esse documento de duas páginas para dar as ideias básicas sobre a filosofia do órgão, sendo que todavia, eu penso que, na altura em que houver adesão dos sócios ou que tiverem de aderir, devem dispor de um documento que lhes permita dizer se aderem ou não aderem com aquela configuração a uma associação. Até porque que aqui seria, digo uma coisa e, tu tens experiência disso, seguramente, se nós puséssemos um estatuto desse na mão “do coisa” para a gente vir, efectivamente, discutir, não precisávamos de todo o tempo do Congresso, precisávamos de muito mais. Por isso é que se fez aquela súmula, está aqui os grandes princípios, é evidente que, cada pessoa, quando se for inscrever há de e, um dos direitos que vai ter, é ter um estatuto por via do qual se orientará e que pode, onde a partir de onde porque, vamos lá ver, essa é uma associação que vai aparecer, ela vai-se aperfeiçoar no dia-a-dia. Muito provavelmente daqui a meses está-se a rever os estatutos ou porque o modelo não funcionou, o modelo organizativo não funcionou ou porque há outras ideias que é preciso, efectivamente, fazer.

Rapidamente diria o seguinte, chegou-se a um número de 100 sócios porque esse número, quando se emitiram os documentos para dar notícia do Congresso, foi emitido ao mesmo tempo, quer dizer, todas as pessoas que receberam primeira carta a dizer do Congresso, recebeu um formulário para dizer se concordava e até foram, os objectivos foram lá juntos, para dizer se concordavam com a existência da associação ou não e se estava disponível para ser sócio fundador ou não. E é a partir daí, as respostas chegaram e mais, os envelopes foram com resposta paga e é daí que o Rui recolheu, efectivamente este número. Mário, se recebeste o documento, tem de lá estar. Se o Mário não recebeu, também a inversa pode ser verdadeira.

### **MÁRIO ANDRADE**

Há aqui uma questão que é a seguinte; eu acho que é incorrecto da parte das pessoas, se receberam só a nota e não pegaram nos estatutos, que automaticamente tivessem aderido como sócios. Como disse no princípio, e bem, isto é uma grande responsabilidade, que não se pode recuar. Eu não posso por uma coisa de alta responsabilidade como esta mandam às pessoas sem participar. Como sou um sujeito sempre activo e não um sujeito passivo, pode ser que hajam pessoas que queiram ser, daí ter falado das folhas, daí ter falado que ontem eu tive o cuidado de ir ao Congresso à procura de papéis para saber qual seria o meu comportamento neste Congresso. É isto que para mim é importante.

### **DR. LUCAS DA CRUZ**

Ok Mário, obrigado.

Cornélio, tenho aqui, eu tomei aqui uns quantos apontamentos mas, há uma questão que o Cornélio disse que é a necessidade de uma intermediação aqui, ou seja, de alguém do Governo que estivesse aqui e que seguisse o Congresso e que fosse o transmissor das ideias daquilo que se discutiu. Eu penso que isto é capaz de estar assegurado, quase sem a gente o pedir, há vários membros do Governo que já disseram que vão estar presentes. O Congresso de S. Vicente, enfim, foi destacado um Ministro que acompanhou os trabalhos todos. Podemos fazer ou, pelo menos, dizer às instituições que sistematizem esta passagem e assistência ao Congresso porque eu sei que vão estar em várias sessões, o Ministro da Educação ia estar esta manhã na juventude, que era para, ele queria perceber efectivamente o que se iria passar, queria ouvir. Outros Ministros com quem já estivemos, já nos disseram que vão estar, o Ministro dos Negócios Estrangeiros disse-nos ontem na visita que lhe fizemos que ele iria estar, efectivamente, todo o dia de amanhã, quando ele faz a sua intervenção. E vão estar outros à medida das suas, de que pensem que assuntos que lhes digam respeito, para além de estar permanentemente o Instituto das Comunidades que é hoje um órgão, uma instituição que emana do Governo para se ocupar de alguns aspectos da problemática da emigração. Mas, eu peguei no comentário para lhe dizer o seguinte: nós, ontem na visita que fizemos ao primeiro Ministro, ele disse-nos e aí, ele falou desta instituição, porque nós falamos disso. Ele disse, nós temos, eu tenho uma grande dúvida, uma grande discussão, ele disse, eu estive para criar numa remodelação ministerial, eu estive para criar um Ministério da Emigração. Depois disse as razões, enfim, há problemas orçamentais, problemas complexos e por aí fora, não tinha a ideia muito amadurecida mas, quase que nos lançou esta ideia para, ele disse, uma instituição desta natureza, podíamos dialogar sobre isso.

Isto para reforçar a ideia da importância duma instituição qualquer, inclusivamente, como interlocutor. Mas lançou esta ideia para ser, há uma grande discussão e essa discussão vai haver, sobre o local dos Congressos. Essa é uma discussão que vai, efectivamente, ter que fazer-se, o primeiro foi feito em Lisboa porque era o primeiro e era ali que se estava a organizar, enfim, e eu penso que foi importante fazer naquele momento em Lisboa. O segundo já foi feito na cidade do Mindelo, o terceiro é feito aqui na cidade da Praia mas, isso é uma discussão que vai fazer-se no seio desta organização, uma vez instituída. Ali vai-se fazer esta discussão. Eu sei que há, pelo menos uma país que vai apresentar uma proposta do próximo Congresso ser feito nesse país mas, digo que é uma discussão totalmente aberta, vai ter que fazer-se, o Luís eu já sei qual a opinião dele, aliás, ele já o expressou aqui mas, já sei desde sempre mas, é uma discussão que vai ter que fazer-se antes de o IV Congresso sendo que, é importante que se faça porque as pessoas já começam a perguntar onde é que é o próximo Congresso.

Sócios nominais, colectivos, conselhos de delegados, por conseguinte, no estatuto está previsto sócios nominais, sócios colectivos, quando nós utilizamos a expressão parceria, é para dar uma espécie de estatuto quase que de alguma igualdade dentro da instituição a essas associações, é para, inclusivamente, estarmos apto ou com liberdade bastante para dizer agora tu, associação ali da Holanda, ou da Bélgica, ou da Itália, por aí fora, és parceira, agora organiza, se quiseres, este acontecimento. Porque não é só sócio, é parceiro. Por exemplo aqui nós fizemos o Congresso aqui, a Associação Zé Moniz, tratamo-la como parceira, é associação parceira desta instituição, eles mesmos fizeram questão

disso e, nós achamos por bem considerá-los parceiros desta instituição. Mas são sócios colectivos, é evidente.

E para passar essa questão de sócio colectivo que foi muito falado aqui, a associação sócio colectivo tem um mecanismo de entrada nesta instituição, muito provavelmente Mendes, talvez não seja, é o Marques Mendes não é, não, foi o Marques Mendes que levantou essa questão de ser uma associação só de associações. Muito provavelmente talvez não devêssemos começar pela cúpula porque podia haver essa tentação de dizer, aqui está uma instituição, venham todas as associações e agora, é uma associação de associações. Normalmente isso forma-se da base, tem havido tantas dificuldades em criar em Portugal uma federação e ninguém se assume, dizer eu estou aqui, a federação, venham associar-se, quanto mais internacionalmente. De maneira que, vamos tentativamente, tem essa vocação e o que é preciso é não perder, quando tu tenhas definido uma missão numa instituição, isso significa que os actos que vais praticando não se desviam daquele objectivo. Ter isto como visão, ter isto como missão, facilita, de facto, depois a abordagem desta questão, se calhar central mas, sem problemas do que, desta mesma forma cria-se aqui a missão e dizer agora, nós somos aqui a confederação “do coisa”, quando devia vir da base para o topo.

Nesta organização, na entrada das associações, por exemplo, no que toca a quotas, a ideia não está definida nos estatutos, o que está pensado, deverá haver uma ponderação porque a quota, aquilo que paga uma associação não será o mesmo que paga um sócio em nome individual. Deverá haver uma ponderação e, uma ponderação a dois níveis e, tomem nota de que isto é importante, isto tem alguma subtilidade que eu vou desmultiplicar. A dois níveis, primeiro, na quota que têm de pagar que é diferente “do coisa” e esta quota é paga em função do número de sócios que tiver a associação e outra coisa muito importante é que os votos da associação é função do número de sócios que tem a pagar quotas para a associação. Porque isto vai, é um mecanismo que é para dar seriedade ao processo, para dar seriedade a isto, ou seja, porque nós sabemos que há muitas associações, respeitáveis, seguramente mas, que só têm o presidente que é, ao mesmo tempo, presidente, secretário, tesoureiro e a gente nem sabe onde é a sede, a sede é onde ele está em cada momento. Ora, a partir do momento em que há uma instituição desta natureza, se tiver credibilidade, todos vão desejar e é bom que estejam ali mas, então, as associações têm que estar a sério. E mais, as associações, para fazerem parte desta instituição, têm que ter um determinado número de sócios. Porque isto é um processo educativo também que se quer com esta instituição.

O que está previsto neste estatuto e isso permite, por conseguinte, ir um pouco além daquele enunciado que eu fiz, está previsto e, desejavelmente, se espera que aconteça, é haver, nos vários países, órgãos que desmultipliquem esta instituição ou, pelo menos, instituições que desmultipliquem esta instituição. Esta instituição tem a obrigação de impulsionar a criação de associações de quadros nesses países e essas associações de quadros são sócias, também, naturais da instituição e, também, a ideia é, já fora lançado no I Congresso, no II não com tanta ênfase, e no Primeiro com ênfase bastante, tão bastante que houve uma concretização, que no intervalo dos Congressos se fizessem reuniões regionais, conclaves regionais. E posso dizer eu, a seguir ao I Congresso e, dois anos depois e aí a periodicidade tinha sido instituída a dois anos, fez-se um do Benelux, com muito sucesso, onde foi revelado a existência de quadros com muito valor que nós desconhecíamos e esta é uma ideia que tem de permanecer, ou seja, ao criar a instituição, ela, pelo menos, de dois em dois anos, tem que criar um encontro regional.

Esta questão de quadros, independentemente de estar ou não fora do país, prende-se com a seguinte questão, ó Vera-Cruz, é que, se nós achamos que na diáspora ou em Portugal, ou na França ou na Itália é o lugar adequado para criar uma associação desta natureza, criar-se uma associação dos quadros universais de Cabo Verde, se calhar não era nenhum desses sítios o lugar adequado, era aqui em Cabo Verde. Não era o lugar adequado, então era uma associação dos cabo-verdianos, mas, isso já tá a nação mas, enfim, e eles estão organizados por especialidades, enfim, não seria na diáspora que íamos criar uma coisa dessas. É uma instituição que pode abranger quadros de Cabo Verde mas, é uma instituição que tem esta característica, não quer dizer que não venha a evoluir para qualquer outra coisa, nós estamos a falar de um pontapé de saída. Sabemos de onde estamos a partir, aonde vamos chegar é o que a dinâmica depois introduzir. No dia, por exemplo, em que houver mais sócios quadros de Cabo Verde do que sócios quadros da diáspora, aí é capaz de aparecer, de facto, este problema. Parece que este problema se resolve quase que por natureza.

Sim senhor, São Tomé, seguramente, por aquilo tudo que nós dissemos ao Soares, criada a associação e é bom que ela se crie, se dinamize e fortaleça, tem todas as condições, como toda e qualquer associação, para integrar esta instituição.

Sete euros, ninguém disse nada contra, nem a favor, nem nada disso. Ninguém disse nada contra esses seus sete euros.

**JORGE SOARES** – Era só um esclarecimento. A associação que vai ser criada aqui em Cabo Verde, há uma associação de cabo-verdianos em Cabo Verde com o objectivo de, quer dizer, depois quando eu

fizer a minha intervenção, há-de ver no teor da minha intervenção, o conteúdo real da situação em São Tomé neste momento, de maneira que só assim é que se pode compreender a necessidade de uma associação, porque há uma outra associação que já existe em São Tomé que vai ser parceira, digamos, vai ser a associação dialogante com esta associação que queremos criar aqui, porque a associação vai ter a sede aqui em Cabo Verde.

#### **ENG<sup>o</sup> ANTÓNIO VERA-CRUZ**

Portanto, associações cabo-verdianas com sede em Cabo Verde, quadros cabo-verdianos residentes em Cabo Verde, quadros cabo-verdianos que tenham-se inscrito nessa associação, residentes fora e depois venham para Cabo Verde, podem ou não podem ser sócios dessa associação? Da forma como eu li, parece que estão excluídos.

#### **DR. LUCAS DA CRUZ**

Não, podem, da mesma forma que, realizando o Congresso aqui da diáspora, eles são, aliás, desde sempre e, se verificares no livro Quem é Quem, não sei se tens na mão o livro Quem é Quem, ainda não compraste, vai comprar. No livro Quem é Quem, está lá um capítulo na parte final que são os quadros de Cabo Verde que têm participado nos Congressos. Está ali, no mesmo livro, está ali, efectivamente isso.

Como eu disse ontem ao seu Primeiro Ministro e tenho dito e penso que isto é mesmo assim, às vezes nós invocamos, por vezes nós invocamos democracia, invocamos algumas coisas desse género, de carácter universal para dizer que todos são iguais e devem, em todas as situações são iguais e, por aí fora. A democracia tem esta grande virtude e, tu corriges-me, tu sabes disso melhor do que eu, e a Celeste ainda mais, tu corriges-me, a democracia tem esta grande virtude, é que comporta dentro de si próprio essa ideia que é tratar igualmente aquilo que é igual e diferente aquilo que é diferente, sendo todavia, a democracia esta é a sua grande virtude, ou seja, o que é que nós queremos dizer com isto? Existe uma diáspora, quer queiramos quer não, com especificidades, possivelmente por exemplo, nós vamos aqui ver que o problema das segundas gerações, há segundas gerações em todos os sítios mas, ele põe-se de uma determinada forma fora de Cabo Verde que daquela que se põe aqui em Cabo Verde. Existirão, são as especificidades, são as especialidades e, por isso mas, os quadros vão ser sócios desta instituição, eu fiz a menção há bocadinho, disse, no dia em que por exemplo, de Cabo Verde forem mais do que os da diáspora, tá bem.

Mas, se não está claro, a gente clarifica.

#### **PROF. MESQUITELA LIMA**

Eu queria só dizer uma coisa, nós estamos também a confundir duas coisas aqui. Primeiro Congresso e segundo uma associação. O Congresso é um local, digamos assim, pode ser uma instituição, é o que queremos fazer aqui, onde é um ponto de encontro, pode ser em qualquer lado. Mas o que interessa neste momento é instituir, digamos assim, não a instituição que já está mais ou menos instituída, não a associação que está mais ou menos instituída mas, o Congresso, o Congresso, chamado o Congresso.

Nós queremos saber, neste momento, e parece-me que esta reunião é para isso, é instituir o Congresso, dizer ou de tantos em tanto tempo, por isso é que eu falei em inter-Congressos. Porque o Congresso, dá-me a impressão que aquele nosso amigo, o nosso conterrâneo, tem razão, devia ser, de facto, em Cabo Verde mas, se não puder, não é obrigatório. Nós devíamos ter um inter-Congressos que pudesse ser feito em vários pontos do mundo onde há cabo-verdianos. Isso podia ser assim, o Congresso podia ser aqui de facto, para evitar estes problemas. E depois há outra coisa, as pessoas estão a confundir quadro, a definição de quadro vem no estatuto mas, vocês não se esqueçam que todas as definições são relativas, um bom carpinteiro é um quadro, embora ele não tenha, digamos assim, as habilitações do liceu ou de um curso superior, é preciso pensar nisso.

#### **DRA CELESTE CORREIA**

Eu acho que o Henrique Vera-Cruz tem razão, uma coisa é um quadro cabo-verdiano, residente aqui, poder participar no Congresso, como desde sempre participara, portanto, no do Mindelo e aqui também estão, outra coisa é o que está escrito, está proposto no estatuto. E o estatuto diz, no artigo 4<sup>o</sup>, os nacionais, quem é que pode ser sócio do Congresso de Quadros, da associação que se denomina Congresso de Quadros, que é outra coisa. Os nacionais cabo-verdianos ou seus descendentes em linha recta, qualquer que seja a nacionalidade que tenha no momento em que requeira a sua admissão, desde que sejam quadros técnicos e residam fora do território de Cabo Verde. Portanto, um quadro aqui que

mora aqui, que resida aqui não pode ser sócio da associação Congresso de Quadros. Pode é participar no Congresso de Quadros, que é uma coisa diferente.

#### **DR. LUCAS DA CRUZ**

Ok. Temos que reflectir sobre isso, tenho aqui o jurista também que ajudou nisto, vamos reflectir sobre isso e, é evidente que, nós temos que guardar um bocadinho a essência sob pena de, daqui há bocadinho, como disse, enfim.

Bom, Kiki, tu és o último a quem vou dar a palavra e, vamos fechar. Mário, tu foste o primeiro, queres ser o último.

#### **KIKI LIMA**

Eu devo confessar que estou algo confuso e, ainda bem que o Professor Mesquitela Lima falou em confusão entre Congresso e associação, porque eu não consegui ainda perceber bem o que é que estamos a fazer aqui, neste momento. O que ouvi é que estamos a institucionalizar o Congresso, estamos a falar, entretanto, da associação mas, o que está aqui é a institucionalização do Congresso, portanto, eu não estou a perceber bem esta relação.

Por outro lado, nós estamos aqui a discutir aspectos concretos do funcionamento da associação que, pelos vistos já está em condições de ser criada, já tem estatutos (não é?) ou pelo menos a comissão organizadora está mandatada pelo Congresso anterior para criar os estatutos, portanto, eu não vejo que sentido faz estarmos a discutir cinco ou sete ou dez euros, neste momento. Não tem sentido, na minha opinião, até porque nós estamos a correr o risco de recolher opiniões e pessoas que não são ou não pretendem ser sócios desta associação, portanto, pessoas que, ilegitimamente poderão estar a pronunciar-se. Não sei se é o caso. Não sei até que ponto é que o Congresso abrange tudo isto mas, eu peço esclarecimento, não sei se estamos a falar de congresso, se estamos a falar da associação.

#### **DR. CARLOS CORREIA**

Óh Kiki, não há confusão efectivamente nenhuma, a institucionalização do Congresso, porque já foi dito que a fórmula, o modelo de organização até aqui já não é suficiente, já não é capaz de responder. E estamos a institucionalizar o Congresso sim, porque, ao institucionalizar a associação, o seu primeiro objectivo, que está definido nos estatutos, no artigo 3, sob a designação de objecto é “organizar, pelo menos, quadrienalmente o Congresso da caboverdianidade na diáspora”. Portanto, uma e outra coisa não estão dissociadas, há um modelo que está esgotado, estamos a institucionalizar o Congresso porque o primeiro objectivo da associação é exactamente a organização do Congresso quadrienalmente. Percebes? Portanto, seguramente estamos todos aqui, temos tudo a dizer sobre as sugestões várias que aqui estão presentes, tudo isto faz sentido, embora tivesse, talvez, parecido que não.

#### **DR. LUCAS DA CRUZ**

Isso, quando se pôs ali, foi pura e simplesmente uma convenção, se quiseres, já estava na outra vez, podia-se dizer com mais rigor institucionalização da associação criadora ou geradora ou muita coisa, deste Congresso. Ou, se quiseres, ainda mais, é alguma coisa que vai substituir a comissão organizadora que até agora existe mas, agora com poderes para continuar, para seguir as deliberações, responsável para acompanhar a sua execução, por aí fora. Fez-se a institucionalização do Congresso porque esta foi a ideia que veio desde sempre, estava ali mas, é apenas uma convenção. Tás a ver? O que há é a associação que suporta e que tem como primeiro objectivo fazer os Congressos. Aliás, o que estamos a decidir, se quiseres é, vamos continuar com o modelo de Comissão Organizadora desses quantos, tá, tá, tá, por aí fora ou vamos criar uma instituição que tem a responsabilidade de fazer isso, seguir, acompanhar e desenvolver. É isso, é só.

#### **MÁRIO ANDRADE**

Rapidamente. É o seguinte, no artigo 3º, objecto, há pouco se disse que o objecto é só isso mas não, o objecto compreende até a alínea h). Eu não tive tempo de lê-lo, termo exacto.

E depois, parece-me que quando puseram cinco euros, tiveram tempo suficiente para saber se cinco euros ultrapassam as dificuldades ou não. Quero dizer, não venham passar para sete, porque já fizeram uma análise, vamos deixar cinco como está porque já analisaram o caso, é o mínimo.

Em relação às outras coisas, parece-me que temos de contribuir para o objecto, realização do Congresso, para que a associação seja de todos nós e, penso como o Kiki, concordo com ele, nós e vocês.

#### **DR. LUÍS SILVA**

Eu queria somente dar uma informação. É que, este modelo de Congresso, não é a primeira que se faz na história de Cabo Verde sobre a emigração. O último congresso sobre a emigração cabo-verdiana realizou-se em 1924 nos Estados Unidos, com a presença dos intelectuais cabo-verdianos da época. É que a partir de 1926, com o golpe fascista em Portugal, houve uma ruptura entre a emigração cabo-verdiana e este país. Isto ainda se reflecte na ruptura que nós temos entre os quadros cabo-verdianos do exterior e os quadros cabo-verdianos que vivem aqui. Nós lutamos para fazer esta unicidade porque, no congresso de 1924 a sociedade civil cabo-verdiana esteve presente através do grande patriota cabo-verdiano Abílio Monteiro de Macedo. Foi Abílio de Macedo que foi com uma delegação cabo-verdiana representar os cabo-verdianos das ilhas nos Estados Unidos e foi, sem dúvida, um dos grandes congressos cabo-verdianos da América.

Eu penso que, é normal que, de novo, este Congresso vá à América.

Muito obrigado.

#### **DR. LUCAS DA CRUZ**

Eu dou por adquirido duas ou três coisas e nós partimos. A primeira, corrijam-me se estou errado, é que todos nós, com mais ou menos coisa, consideramos que deve-se criar a instituição, certo? Primeiro ponto. Segunda questão, que a instituição deve ter condições máximas para ser profissionalizada nos seus, naquilo que tem de ser efectivamente a sua execução, o seu secretário-geral ou uma coisa qualquer dessas, por aí fora, tem de ser profissionalizado, certo?

Adquirimos outra coisa, é que os cinco euros não escandalizam, não feriram ninguém, pelo contrário, vamos manter a ideia dos cinco euros como mínimo para a quotização. Nós adquirimos uma outra coisa que é, temos que ter uma massa crítica de sócios antes de fazer a escritura da associação, são o estabelecido aqui, de trezentos para isso.

Adquirimos outra que é de nós esforçarmos todos para alcançar rapidamente este número de trezentos. E outra coisa que não foi falado e, não foi falado apenas por eu disse que haveria qualquer outra coisa, é como é que se vão criar ou instituir através de que processo, os primeiros corpos desta instituição.

Atenção, eu não entrei por aí, se tivéssemos tempo entraríamos por aí, porque aí tinha que ir revogar ou confirmar a decisão tomada na reunião que fizemos em 1994, que continua válida ou seja, vai ser esta comissão organizadora, na composição que tem agora, por conseguinte, com todos os membros nacionais e internacionais, por aí fora, que vai definir os primeiros corpos sociais. E isso não tem muito de grave, pela razão simples de que, estes primeiros corpos sociais são uma espécie de comissão instaladora, porque funcionam por um ano. Está nos estatutos que funcionam por um ano e, depois, é uma espécie de comissão instaladora mas, como, ao fazer os estatutos exigem que tenha tá, tá, tá, e por aí fora, vamos efectivamente encontrar este modelo e, um ano depois, já com a associação solidificada, esperemos que sim, então, se fazem as eleições para os órgãos sociais.

Bom almoço e, sobretudo, bom Congresso, à horas, em todas as reuniões e vocês sejam os dinamizadores da presença das reuniões em todos os quadrantes.

Obrigado.

